

O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À INFÂNCIA EM BLUMENAU: UM ESTUDO SOBRE A HETEROGENEIDADE DAS CRIANÇAS TEMPORARIAMENTE AFASTADAS DO CONVÍVIO FAMILIAR E COMUNITÁRIO

Autores:

Roseli NAZARIO - Orientador IFC-Campus Blumenau

Caroline SANT'ANNA - Bolsista PIBIC-af/CNPq IFC-Campus Blumenau

Débora Maian SERPE - Voluntária - Pós-Graduação em Educação – IFC-Campus Camboriú

RESUMO

Esta pesquisa, parcialmente financiada pelo CNPq, objetiva elaborar um diagnóstico sobre a população infantil acolhida institucionalmente em Blumenau, de maneira a identificar os fenômenos que compõem a heterogeneidade das crianças temporariamente afastadas do convívio familiar (idade, gênero, classe social, raça, etnia etc). Consiste numa análise documental, ancorada na abordagem quanti-qualitativa, considerando a política governamental executada no campo da Assistência Social daquele município. Apresenta a sistematização de dados gerados que compreendeu o período de 2015 a 2017, incidindo sobre faixa etária e gênero, sendo possível inferir que há pouca distinção no que diz respeito a esses fenômenos.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A pesquisa por ora apresentada integra uma pesquisa mais ampliada e financiada pelo CNPq, intitulada “Mapeamento da Rede de Proteção, defesa e Controle dos Direitos: identificação da malha conceitual risco e vulnerabilidade na infância”, e envolve duas outras instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, a saber: UFSC *campus* Florianópolis e Estácio de Sá *campus* São José.

Se alinha aos estudos da infância no anúncio à necessidade de aprofundar as discussões em torno desta categoria geracional, pensando-a como uma construção social e, em especial, considerando não somente as circunstâncias culturais e sociais que a tangenciam, mas efetivamente, levando em conta que estas circunstâncias constroem os significados do que é infância em determinado contexto, momento e lugar.

Deste modo, importa compreender as inteligibilidades das infâncias e dos sujeitos que a compõem, exigindo que extrapolemos a fronteira do lugar que comumente designamos às crianças (a escola), nos lançando ao convite para refletir sobre os processos formativos das crianças em outros contextos, como a rua, o âmbito familiar, os espaços não-formais de educação, citando como exemplo, os contextos de Acolhimento Institucional.

Seguir este percurso, com certeza, nos coloca diante de muitas questões: o que sabemos sobre os processos formativos das crianças que vivem nas ruas ou no interior de um



Programa de Acolhimento Institucional? Que processos de sociabilidade são experienciados pelas crianças nestes contextos? O que se tem produzido academicamente em relação às crianças que vivem esta situação? O que os cursos de formação de professores, especialmente, a Pedagogia, tem discutido sobre o assunto? Em se tratando da especificidade do acolhimento institucional, o que se tem produzido sobre a relação criança¹, infância e Programas de Acolhimento, de maneira que possa vir a contribuir para o alargamento desta discussão? O que tem, historicamente, orientado o trabalho realizado com as crianças nas Casas Lares e nos Abrigos? É possível pensar numa Pedagogia da Infância² também para esses contextos? Tem-se encontrado, na área da educação, pesquisas que evidenciem aspectos ligados aos modos de ser e de estar das crianças institucionalmente acolhidas?

Em recente pesquisa realizada, Nazario (2014) constatou a escassez de produção acadêmica no âmbito dos programas de pós-graduação em educação que relacionam a tríade “criança, infância e acolhimento institucional”. Tal fato convoca pesquisas que venham lançar luz sobre as reais condições de milhares de crianças que vêm tendo muitos dos seus direitos ameaçados ou violados, dentre eles, o direito ao convívio familiar e comunitário, colocando-as frente a necessidade de carregarem o *fardo* da condição de abrigadas. Um *fardo* tão pesado que, por vezes, ofusca sua condição de sujeito, levando-as a terem que assumir a condição social de “meninas ou meninos do abrigo”, demarcando fortemente a diferença em relação as demais crianças que frequentam as redes “regulares de ensino” e que, conforme denunciado pelo relatório da UNICEF (2009), promovem “preconceitos que dificultam o seu acesso à educação”. Situações como essa evidenciam que apesar de termos conquistado avanços significativos no que se refere à política de acolhimento no Brasil, temos um longo percurso para percorrer.

Assim, ao entender que “o pensamento pedagógico se constrói em diálogo com a infância” (ARROYO, 2008, p. 119) e, igualmente, que a melhoria das condições de dignidade humana das crianças depende, em larga escala, dos resultados de pesquisas, este estudo objetiva elaborar um diagnóstico sobre a população infantil institucionalmente acolhida em Blumenau, identificando fenômenos que compõem a heterogeneidade das crianças, como: ida-

1 Este estudo toma o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – lei 8069/1990) como referência para definir a faixa etária de abrangência dos sujeitos da pesquisa. Segundo o artigo 2º do ECA, “considera-se crianças [...] a pessoa de até doze anos de idade incompletos”.

2 No sentido indicado por Rocha (1999, p. 45), isso é, uma Pedagogia que tem como “objeto de preocupação a própria criança, seus processos de constituição como seres humanos em diferentes contextos sociais, sua cultura, suas capacidades intelectuais, criativas, estéticas, expressivas e emocionais”.



de, gênero, classe social, raça, etnia, religiosidade e procedência geográfica, a partir da análise dos prontuários elaborados por profissionais ligados à Rede de Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos às crianças deste município.

Importa explicitar, ainda, que o cruzamento dos dados aqui gerados *alimentam* a pesquisa mais ampliada que visa identificar a malha conceitual onde foram enunciados risco e vulnerabilidade como conceitos constitutivos de modos de ser no mundo.

METODOLOGIA

O estudo em questão se caracteriza como um estudo exploratório de caráter descritivo e intenciona dar visibilidade às características da população infantil, frente ao fenômeno do acolhimento. A opção metodológica empregada consiste na análise documental, ancorada na abordagem quanti-qualitativa, entendendo que a utilização de um método misto que coloca em diálogo as abordagens qualitativa e quantitativa pressupõe a geração de diferentes tipos de dados e, por conseguinte, pode vir a assegurar um entendimento mais ampliado do problema pesquisado.

Os documentos escolhidos para análise consistem nos prontuários das crianças, elaborados por profissionais ligados à Rede de Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos às crianças do município de Blumenau.

Ao entender que qualquer técnica de leitura dos dados gerados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação e, como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, fizemos a opção por recorrer ao método de “análise de conteúdo”, que na perspectiva de Laurence Bardin (1977, p. 42), consiste em um conjunto de técnicas de “análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por se tratar de uma pesquisa ainda bastante embrionária, no que se refere aos dados analisados até o momento, por conta do tempo exíguo de execução da mesma, priorizamos



apresentar os números relativos ao acolhimento realizado entre o período de janeiro de 2015 a julho de 2017. Para esta primeira sistematização e socialização de dados, trabalhamos com os fenômenos relacionados à faixa etária e gênero.

No decorrer do ano de 2015, foram acolhidas pelo serviço público municipal de Blumenau o total de 19 crianças³, sendo 10 meninas e 9 meninos. Deste total, houve 4 situações de reincidência de acolhimento, sendo todas do gênero feminino. Ainda sobre esses dados, importa registrar que 4 dessas crianças permaneceram em situação de acolhimento até o ano de 2017, consistindo em um grupo com 2 irmãos gêmeos, com 2 anos e 4 meses de idade quando da data do acolhimento; um menino como idade de 2 anos e 5 meses, e que já havia sido acolhido por 3 vezes; e um bebê com 9 meses de idade. Das crianças acolhidas, 10 eram meninas e 9, meninos.

Voltando a atenção sobre os dados de 2016, houve 21 processos de acolhimento, tendo um caso de reincidência. Assim como no ano anterior, 4 crianças permaneceram na Casa até o ano de 2017, sendo 2 meninos, com 3 e 5 anos de idade no momento do acolhimento; 2 meninas, uma delas tendo 2 anos de idade e a outra um pouco mais velha, com 9 anos quando foi acolhida. Das crianças acolhidas⁴, 11 eram meninas e 9, meninos.

Para 2017, foram considerados os casos de acolhimento até o mês de julho, o que permite afirmar que houve um aumento no número de crianças acolhidas, visto que em 6 meses 21 crianças⁵ ingressaram neste contexto. Dos casos acolhidos, 12 são crianças com até 6 anos de idade; 9 tem idades compreendidas entre os 7 e 12 anos; 1 não teve a data de nascimento registrada. Quanto ao gênero, ingressaram 11 meninas e 10 meninos. Em relação a faixa etária em estudo (criança com até 12 anos), não houve casos de reincidência no decorrer do ano em curso.

Analisando os dados aqui expostos, podemos inferir que não há muita distinção no que diz respeito ao gênero das crianças acolhidas no período compreendido entre janeiro de 2015 e julho de 2017 analisado. Vimos que do total de 61 crianças acolhidas, 32 delas são meninas e 29 são meninos.

³ Consta na relação mais um acolhimento, entretanto como não há data de nascimento e considerando que esta instituição, por vezes, acolhe meninas adolescentes (com mais de 12 anos, quando se trata de grupo de irmão), optamos por não incluir este caso nestes dados analisados.

⁴ Há que considerar que o caso de reincidência envolveu uma menina.

⁵ Também em 2017 consta mais um acolhimento, porém sem a data de nascimento registrada e, por isso, não foi somado aos dados.



Em se tratando da faixa etária, criamos duas categorias para facilitar a leitura: uma considerando a faixa etária de 0 até 6 anos, e a outra, de 7 a 12. Levando em conta esta divisão, também aqui não houve diferença considerável, visto que foram acolhidas 30 crianças, referente a primeira (0 a 6 anos) e 31 com idades entre 7 e 12 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomarmos os dados socializados na seção anterior e analisá-los à luz da situação da cidade em que os mesmos foram gerados – Blumenau, temos um ponto de tensionamento incidente. Esta é uma cidade tida como referência para o estado de Santa Catarina, ocupando o 15º lugar no ranking estadual pelo PIB per capita e a 26ª colocação entre as cidades brasileiras com grau de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado “muito alto”, ou seja, superior a 0,8. Essa condição a posiciona entre as cidades do Brasil que têm os melhores índices de qualidade nas áreas de educação, renda e expectativa de vida. Paradoxalmente, a pesquisa nos coloca diante de um número considerável de crianças que têm seu direito de convívio familiar e comunitário violado, quando tratamos de 61 crianças, sendo quase 50% delas bem pequenas (com idade entre 0 e 6 anos de idade) que aguardam uma decisão judicial para resolver suas vidas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. *A infância interroga a Pedagogia*. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (org) *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Persona, 1977.

BRASIL. SENADO. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.

NAZARIO, R. *A infância das crianças pequenas no contexto de acolhimento institucional: narrativas de meninas e meninos na casa(lar)*. 2014. 201 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

UNICEF. *O Direito de Aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades*. [coordenação geral Maria de Saete Silva e Pedro Ivo Alcântara]. Brasília, DF: UNICEF, 2009.

ROCHA, E. A. C. *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil*. Florianópolis: CED UFSC, 1999.